



**PESQUISA DE EMPREGO E
DESEMPREGO NA REGIÃO
DO ABC¹**

PED ABC

**SEADE
DIEESE**

Novembro 2015

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO ABC



**Diferenciais de inserção de
negros e não negros no
mercado de trabalho
em 2013-2014**

Dia Nacional da Consciência Negra

1. Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Diferenciais de inserção de negros e não negros no mercado de trabalho em 2013-2014

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região do ABC são passíveis de desagregação por segmentos populacionais, possibilitando um olhar mais atento a diferentes grupos sociais. Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, a Fundação Seade e o Dieese, em parceria com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, vêm realizando, anualmente, estudos sobre a inserção dos negros² no mercado de trabalho, no intuito de acompanhar as mudanças e as permanências das desigualdades entre negros e não negros.³

A população negra (34,6% no estado de São Paulo, segundo o Censo Demográfico 2010), ainda carrega a herança histórica de escravidão e discriminação, o que se reflete em uma pior inserção no mercado de trabalho, em comparação à dos não negros. Este estudo pretende colaborar na identificação de alguns desses aspectos na Região do ABC.

O crescimento econômico da última década tornou possível, juntamente com algumas ações afirmativas, reduzir os diferenciais de sexo e raça/cor, como mostram vários estudos produzidos tanto pela Fundação Seade e Dieese, como por outras instituições que se debruçaram sobre o tema.

Nesse sentido, a recente expansão econômica contribuiu para a redução da diferença entre as taxas de desemprego total de negros e não negros observadas ao longo da PED, iniciada em 1998 na Região do ABC. Entre os biênios 2011-2012 e 2013-2014, essa diferença passou de 2,7 para 1,2 ponto porcentual, como resultado de comportamentos distintos da taxa de desemprego de negros – que diminuiu de 11,9% para 11,2% – e de não negros – que aumentou de 9,2% para 10,0%, no período.

O rendimento médio real por hora dos negros cresceu 11,8%, entre 2011-2012 e 2013-2014, e o dos não negros ampliou-se em 4,8%. Assim, o valor pago por hora, em média, para os negros (R\$ 9,28) passou a representar 62,5% daquele recebido por não negros (R\$ 14,86), proporção que era de 58,6% em 2011-2012. Apesar dessa pequena melhora, tais valores continuam muito distantes. Uma aproximação mais efetiva depende, principalmente, de mudanças das características de inserção ocupacional dos negros, como será visto adiante.

2. O segmento de negros é composto por pretos e pardos e o de não negros, por brancos e amarelos.

3. Outros estudos disponíveis em: <www.seade.gov.br>.

Mercado de trabalho

Na Região do ABC os negros representavam, em 2013-2014, 29,0% da População em Idade Ativa – PIA e uma proporção ligeiramente maior do que essa na composição da População Economicamente Ativa – PEA⁴ (29,5%). Já a parcela de desempregados negros era ainda maior (32,0%), caracterizando sua sobrerrepresentação entre os desempregados (ver Tabela 1 do Anexo Estatístico).

A taxa de participação – definida como a proporção da PEA em relação à PIA – é tradicionalmente maior entre os negros, pois estes entram mais cedo e saem mais tarde do mercado de trabalho. Entre 2011-2012 e 2013-2014, no entanto, houve um movimento de aproximação entre essas taxas, uma vez que diminuiu para os negros (de 63,0% para 62,8%) e aumentou para os não negros (de 60,6% para 61,2%) (ver Tabela 2 do Anexo Estatístico).

Desemprego

As taxas de desemprego dos negros são maiores do que as dos não negros. O mesmo ocorre para suas duas componentes, as taxas de desemprego aberto e oculto (Gráfico 1).

Entre 2011-2012 e 2013-2014, a taxa de desemprego total diminuiu para os negros (de 11,9% para 11,2%) e aumentou para os não negros (de 9,2% para 10,0%), fazendo com que a diferença entre elas se reduzisse de 2,7 para 1,2 ponto percentual.

Apesar da persistência de maiores taxas entre os negros, é possível identificar importante redução no diferencial das taxas de desemprego total entre negros e não negros ao longo dos anos: em 1999-2000, por exemplo, a diferença chegava a 6,8 pontos percentuais, quando as taxas correspondiam a 24,8% para os negros e 18,0% para os não negros.

Ocupação

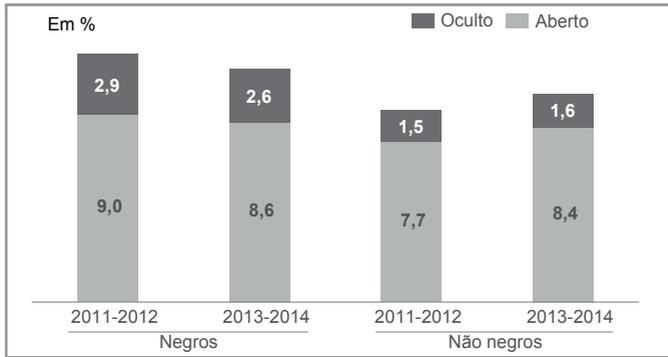
Em 2013-2014, a proporção de ocupados negros no mercado de trabalho da Região do ABC era de 29,2%, sendo 15,9% homens e 13,3% mulheres (ver Tabela 4 do Anexo Estatístico).

Os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre negros e não negros podem ser mais bem identificados quando se observa a composição da ocupação nos principais setores de atividade econômica (Gráfico 2).

4. A PEA é composta pelo conjunto de ocupados e desempregados.

Gráfico 1

Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo tipo
Região do ABC – 2011-2012 e 2013-2014

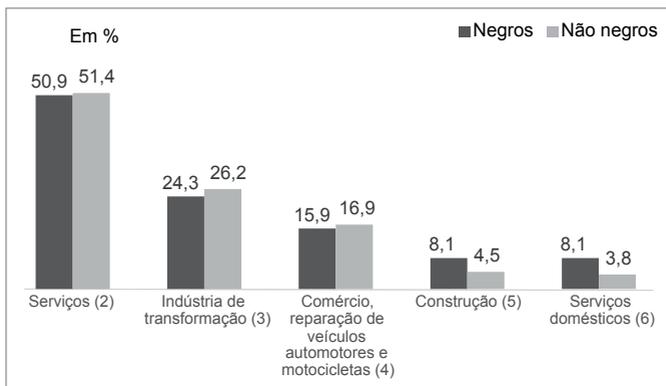


Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Nota: A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

Gráfico 2

Distribuição dos ocupados (1), por raça/cor, segundo setor de atividade
Região do ABC – 2013-2014



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) O total de ocupados inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

O setor de Serviços, responsável por pouco mais da metade dos postos de trabalho da Região do ABC, abrigava, em 2013-2014, 50,9% do total de ocupados negros e 51,4% de não negros. Entre os negros, a proporção na Indústria (24,3%) era um pouco menor do que entre os não negros (26,2%), mas era maior na Construção (8,1% e 4,5%, respectivamente) e semelhante no Comércio (15,9% e 16,9%, respectivamente). Nesses dois últimos setores predominam postos de trabalho com menores exigências de qualificação profissional, relações de trabalho mais precárias e remunerações mais baixas.

Estas características também podem ser encontradas em alguns segmentos dos Serviços em que há maior proporção entre os negros (transporte, armazenagem e correio; atividades administrativas e serviços complementares; alojamento, alimentação, outras atividades de serviços, artes, cultura, esporte e recreação; e serviços domésticos) (ver Tabela 5 do Anexo Estatístico).

Pela ótica da posição na ocupação, que pode ser considerada uma *proxy* da qualidade da inserção no trabalho, verifica-se que, na perspectiva de garantias trabalhistas e previdenciárias, os não negros encontravam-se, em 2013-2014, em situação ligeiramente melhor do que os negros: 66,5% do total de não negros ocupados e 63,1% de negros estavam inseridos em ocupações regulamentadas (soma de assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada e no setor público). Isso ocorre porque, do total de negros ocupados, as parcelas no assalariamento privado com carteira assinada (57,2%) e, principalmente, no setor público (5,9%), eram menores do que as dos não negros (58,0% e 8,5%, respectivamente). Vale ressaltar que, no período analisado, cresceu a proporção de assalariados com carteira assinada no setor privado e diminuiu no setor público para os dois segmentos de raça/cor.

Já ao se considerarem ocupações com menor nível de regulamentação e cujos rendimentos geralmente são menores, havia maior representação entre os negros, em 2013-2014: 8,1% dos negros ocupados e 3,8% dos não negros eram empregados domésticos; 15,9% e 13,7%, respectivamente, eram trabalhadores autônomos; e 8,4% e 7,4%, respectivamente, eram assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (Tabela 1).

A distância entre as parcelas de assalariados negros e não negros no setor público, possivelmente, tem origem no fato de cerca de metade desses ocupados possuir nível de escolaridade superior. Essa característica, associada ao fato de o ingresso no setor público ocorrer principalmente por meio de concursos, permite inferir que a sub-representação de negros nesse segmento deve-se muito mais às suas históricas dificuldades de acesso aos níveis mais

Tabela 1

Distribuição dos ocupados, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região do ABC – 2013-2014

Em porcentagem

Posição na ocupação	Total	Negros	Não negros
Ocupados	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	73,2	71,5	74,0
Setor privado	65,5	65,7	65,4
Com carteira assinada	57,8	57,2	58,0
Sem carteira assinada	7,7	8,4	7,4
Setor público	7,8	5,9	8,5
Autônomos	14,3	15,9	13,7
Empregados domésticos	5,1	8,1	3,8
Demais posições (2)	7,3	4,5	8,5

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem.

(2) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

elevados de ensino do que a eventuais ações discriminatórias das quais possam ser vítimas.

Explicação semelhante pode ser adotada para a menor parcela entre os negros (4,5%), do que entre os não negros (8,5%), no agregado demais posições – que reúne empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócios familiar, entre outros. Neste caso, dispor de riqueza acumulada que permita montar um negócio ou possuir nível superior de escolaridade provavelmente são fatores que explicam a exclusão de grande parte dos negros. Em outras palavras, a persistência de elementos históricos, mais do que qualquer outro fator, explica a desigualdade presente.

Já a parcela de negros como empregados domésticos é bastante expressiva. Esse segmento compõe-se de ocupações cujos requisitos de qualificação profissional dependem menos da formação escolar do que da experiência de trabalho. Estudos recentes da Fundação Seade e do Dieese, com base nos

dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED na região, constataram que o emprego doméstico tem sido exercido, predominantemente, por mulheres negras, mais velhas e com baixo nível de escolaridade.⁵

Rendimentos do trabalho

As informações sobre os rendimentos do trabalho de negros e não negros na Região do ABC, em 2013-2014, demonstram a permanência de desigualdades há muito tempo identificadas no mercado de trabalho.

As razões mais evidentes dessa situação, em que o rendimento médio por hora⁶ dos negros (R\$ 9,28) representava 62,5% daquele referente aos não negros (R\$ 14,86), em 2013-2014, residem nas diferentes estruturas ocupacionais em que esses segmentos estão inseridos, conforme anteriormente descritas. Entre 2011-2012 e 2013-2014, o crescimento mais intenso do rendimento por hora dos negros (11,8%), em relação ao dos não negros (4,8%), resultou em pequena redução da distância entre os dois valores, já que em 2011-2012 o rendimento médio dos negros correspondia a 58,6% dos não negros (Tabela 2).

Nos Serviços, os negros recebiam 58,8% dos rendimentos por hora dos não negros, em 2013-2014; relação que era ainda pior em 2011-2012, quando a proporção correspondia a 55,3%. Na Indústria e no Comércio, os negros recebiam o equivalente a 63,2% e 69,5%, respectivamente, do rendimento médio dos não negros, proporções que aumentaram, na comparação com 2011-2012, quando eram de 60,5% e 66,9%, respectivamente.

Assim, a maior desigualdade de rendimentos por raça/cor é verificada nos Serviços e na Indústria, setores com menor participação entre negros do que entre não negros, enquanto a menor desigualdade ocorre, segundo dados adicionais, na Construção – segmento com maior participação de negros – e no Comércio, setor cujos rendimentos pagos são os menores.

5. Para mais informações ver: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher-e-trabalho/?tema=regiao-do-abc>>.

6. Os dados de rendimentos são analisados por hora com o objetivo de eliminar problemas de comparação devido a diferenciais de jornada de trabalho entre negros e não negros, homens e mulheres, nos setores de atividade e em grupos de ocupações.

Tabela 2

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,
por raça/cor, segundo setor de atividade econômica
Região do ABC – 2011-2012 e 2013-2014

Em reais de julho de 2015

Setor de atividade	Total	Negros	Não negros
2011-2012			
Total (3)	12,29	8,30	14,18
Indústria de transformação (4)	14,85	10,27	16,96
Metal-mecânica (5)	17,13	11,76	19,31
Construção (6)	11,12	- (10)	- (10)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (7)	9,15	6,77	10,13
Serviços (8)	12,15	7,81	14,14
Serviços domésticos (9)	6,00	5,83	6,17
2013-2014			
Total (3)	13,19	9,28	14,86
Indústria de transformação (4)	15,04	10,58	16,73
Metal-mecânica (5)	17,19	12,73	18,97
Construção (6)	11,50	- (10)	12,77
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (7)	10,20	7,77	11,19
Serviços (8)	13,32	8,93	15,19
Serviços domésticos (9)	7,19	- (10)	7,15

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese.

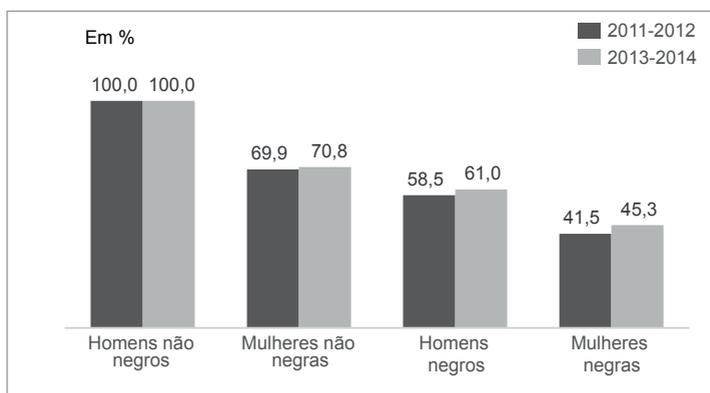
(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Divisões 24 a 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (10) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A mesma lógica, em que os diferenciais de rendimentos são maiores em situações em que há menor participação de negros e os rendimentos são mais altos, é percebida também na análise por posição na ocupação (Tabela 3). Assim, os rendimentos médios pagos para os negros no setor privado com carteira assinada costumam apresentar diferença maior na comparação com os dos não negros do que o verificado no rendimento recebido por trabalhadores autônomos e, principalmente, por trabalhadores domésticos – para estes, aliás, os valores recebidos passaram a ser muito similares.

Os diferenciais de rendimentos por raça/cor associados àqueles referentes ao sexo são reveladores das desigualdades que ainda permanecem no mercado de trabalho. Mesmo com a ligeira melhora observada entre 2011-2012 e 2013-2014 para as mulheres negras, estas ainda recebiam rendimentos equivalentes a menos da metade daqueles auferidos por homens não negros (Gráfico 3).

Gráfico 3

Proporção dos rendimentos médios reais por hora (1) dos ocupados (2), por raça/cor e sexo, em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens não negros
Região do ABC – 2011-2012 e 2013-2014



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese.

(2) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Tabela 3

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,
por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região do ABC – 2011-2012 e 2013-2014

Em reais de julho de 2015

Posição na ocupação	Total	Negros	Não negros
2011-2012			
Ocupados	12,29	8,30	14,18
Assalariados (3)	12,46	8,72	14,20
Setor privado	11,82	8,45	13,42
Com carteira assinada	12,30	8,80	13,95
Sem carteira assinada	8,46	- (5)	9,67
Setor público	18,36	- (5)	20,74
Autônomos	9,52	7,23	10,83
Empregados domésticos	6,00	5,83	6,17
Demais posições (4)	22,17	- (5)	23,68
2013-2014			
Ocupados	13,19	9,28	14,86
Assalariados (3)	12,99	9,50	14,77
Setor privado	12,46	8,92	13,88
Com carteira assinada	12,72	9,27	14,52
Sem carteira assinada	8,70	- (5)	9,48
Setor público	19,83	- (5)	21,01
Autônomos	11,17	8,39	12,37
Empregados domésticos	7,19	- (5)	7,15
Demais posições (4)	23,33	- (5)	25,31

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. (2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Considerações finais

Em 2013-2014, o mercado de trabalho apresentou melhorias em alguns indicadores, que podem ser percebidos, por exemplo, no aumento da proporção de assalariados com carteira assinada no setor privado entre os negros e na redução das diferenças entre negros e não negros das taxas de desemprego e dos rendimentos médios.

O aumento da proporção, entre os negros, de ocupações com carteira de trabalho assinada e a redução daquelas sem carteira assinada e do trabalho autônomo indicam uma melhora na qualidade de inserção ocupacional, pela garantia de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários e pelos maiores rendimentos recebidos.

Porém, o que se depreende destas informações é que apenas com longos períodos de crescimento econômico em conjunto com ações e políticas afirmativas é possível diminuir as desigualdades no mercado de trabalho e melhorar as oportunidades de inserção para a população negra. Enquanto não se atenuarem as discrepâncias socioeconômicas e, mais especificamente, de nível de escolaridade, as desigualdades certamente permanecerão.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Secretaria de Planejamento
e Gestão

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Av. Prof. Lineu Prestes, 913 CEP 05508-000 São Paulo SP

Fone (11) 3324.7200 Fax (11) 3324.7324

www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957, 3º andar - República - CEP 01209-001 - São Paulo

Fone (11) 3821.2140 - www.dieese.org.br - en@dieese.org.br



Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Av. Ramiro Colleoni, 5 CEP 09040-160 Santo André SP

Fone (11) 4435.3555

www.consorcioabc.sp.gov.br / contato@consorcioabc.sp.gov.br

Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Serf.